

Oposição ameaça exame do Orçamento

Correção da tabela do Imposto de Renda é uma das condições apresentadas pelos líderes para analisar a proposta

Página 4



Márcia Kalline

ADIAMENTO Obstrução do PSDB impediu que relatório de Jucá (E) fosse votado pela comissão mista

Senadores abrem 1º Fórum Parlamentar do Pleno Emprego

Ao abrir reunião sobre o pleno emprego, Marcelo Crivella, Paulo Paim e Magno Malta analisaram as dificuldades enfrentadas por 22 milhões de desempregados e subempregados.

Página 5

Projeto apóia preservação da memória regional

Proposta aprovada pela Comissão de Educação prevê auxílio financeiro da União a instituições que preservam história nos estados.

Página 7

Comprador inadimplente pode ter proteção

O comprador de bens a prestação pode ter direito a receber o que já pagou caso fique inadimplente e tenha seu contrato rescindido. Projeto nesse sentido foi aprovado ontem pela CAE.

Página 3



Gerardo Magaña

COMUNHÃO Paul Martin, acompanhado da comitiva, chega ao Congresso, onde destacou os valores comuns cultivados pelo Brasil e pelo Canadá

Primeiro-ministro do Canadá visita Congresso

Ao lado do presidente da Câmara dos Deputados, João Paulo Cunha, o presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem a visita do primeiro-ministro do Canadá, Paul Martin. O premiê destacou os valores comuns cultivados pelos dois países, assim como a atuação mútua em favor da paz no Haiti. No encontro, Sarney disse a Martin que o Canadá é um país muito admirado pelo Brasil.

Página 7

Patrus defende, no Senado, programas sociais do governo

Página 8



José Cruz

ESFORÇO Comissão de Educação quer preservar a diversidade cultural do país



BENEFÍCIO Isenção de PIS/Pasep e Cofins na produção do livro amplia acesso à leitura, ressalta Tião Viana

Viana elogia medida que reduz preço dos livros

Ao elogiar decisão do governo de abrir mão de cobrar o PIS/Pasep (Programa de Integração Social/Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) na cadeia produtiva do livro, o senador Tião Viana (PT-AC) disse que a iniciativa facilitará o acesso do cidadão à leitura. Ele informou que a média *per capita* de leitura do brasileiro é inferior a dois livros por ano, número que varia de seis a oito nos países desenvolvidos.

A decisão do governo foi anunciada no dia 10 de novembro pelo presidente Lula, em solenidade de apresentação das medidas tributárias de apoio ao Programa Nacional do Livro e Leitura, que visa reduzir o preço das obras literárias.

Tião Viana destacou ainda que o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, quando prefeito de Ribeirão Preto, construiu 80 bibliotecas na cidade, o que aumentou o índice anual de leitura de dois para nove livros por pessoa. O senador também ressaltou a atuação do ministro da Cultura, Gilberto Gil, e do presidente do Congresso, José Sarney, no estímulo à leitura.



Sessão pelo fim da violência contra a mulher

O Congresso Nacional realiza hoje, às 10h, sessão solene para comemorar o Dia Internacional para Eliminação da Violência contra a Mulher. A hora do expediente da sessão do Senado, marcada para as 14h30, vai homenagear o líder da causa palestina, Yasser Arafat, que morreu no último dia 11, aos 75 anos. Constam ainda da pauta do Plenário propostas de emendas constitucionais.

Laço vermelho contra a Aids

Em comemoração ao Dia de Combate à Aids, será estendido hoje, às 12h30, em frente ao Congresso, um laço vermelho, símbolo da data. Haverá ainda o lançamento da Frente Parlamentar em Defesa da Indústria Cinematográfica Brasileira, às 8h30, e a cerimônia de aniversário do Prodasen, às 10h. Às 19h, o presidente do Senado, José Sarney, participa do lançamento do livro *Palavras de presidente*, do consultor legislativo João Bosco Bezerra, que reúne os discursos de posse dos presidentes da República.



Subcomissão de Turismo discute Estatuto do Estrangeiro

O novo Estatuto do Estrangeiro é tema da reunião de hoje da Subcomissão de Turismo, às 10h. Foram convidados o diretor-executivo do Ministério da Justiça, Luiz Paulo Barreto; o presidente da Associação dos Magistrados Federais, Jorge Antonio Maurique; e o representante da Confederação Nacional do Comércio, Humberto Figueiredo. Às 15h, a subcomissão promove o "6º Congresso Brasileiro de Atividade Turística", a ser realizado no auditório do Interlegis.



CCJ deve votar parcerias público-privadas

O projeto que regulamenta as parcerias público-privadas (PPPs) deve ser votado hoje pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), às 10h. Se aprovada, a proposta (PLC 10/04) vai à análise do Plenário. Amanhã, no mesmo horário, a CCJ reúne-se novamente para a discussão e votação das emendas da comissão ao Orçamento para 2005.

Audiência na CPI do Desmanche

A CPI do Desmanche ouve hoje, às 17h, a exposição de representantes da Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização (Fenaseg), da Superintendência de Seguros Privados (Susep), entre outros. Às 11h, a CPI do Banestado promove reunião para a votação de requerimentos.



Arquitetura e urbanismo

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) reúne-se hoje, às 11h. Na pauta, projeto (PLS 347/03) que regulamenta o exercício da arquitetura e do urbanismo e cria conselhos federal e regionais de Arquitetura e Urbanismo. Às 10h, a Subcomissão do Idoso discute acompanhamento de estatuto.

Emendas ao Orçamento

Às 11h30, a Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) vota emendas ao Orçamento do próximo ano, além de requerimento solicitando audiência com o ministro dos Transportes, Alfredo Pereira do Nascimento. A Comissão de Educação (CE) também vota hoje, às 10h, emendas ao Orçamento.

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp



OBRAS Eduardo: Brasil pode enviar companhia de engenharia para reparar danos causados pela guerra

Falta apoio para reconstrução do Haiti, diz Eduardo

O senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) alertou para o risco de desgaste da missão militar de paz do Brasil no Haiti, se aquele país não receber ajuda concreta para sua reconstrução. O senador sugeriu que, em acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), o Brasil mande ao Haiti uma companhia de engenharia para reparar os estragos provocados pela guerra civil, sob pena de as tropas brasileiras começarem a sofrer ataques de milícias insatisfeitas com a ocupação.

O parlamentar disse ter mantido contato com analistas e conselheiros militares vinculados à missão brasileira, dos quais recebeu sinais de preocupação com o futuro do processo de normalização política do Haiti. Para esses especialistas, é urgente uma solução para os problemas de infra-estrutura daquele país.

Homenagem à RBS, ao Zero Hora e a Ancelmo Góis

O Plenário do Senado aprovou requerimento de voto de aplauso para o grupo RBS e para o jornal *Zero Hora*, por ocasião do transcurso do aniversário de 40 anos daquela que é a maior rede de comunicação social do Rio Grande do Sul. O requerimento é de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS) e foi relatado favoravelmente pela senadora Serys Slhessarenko (PT-MT).

Também foi homenageado o jornalista de *O Globo* Ancelmo Góis, vencedor do "Prêmio Comunique-se de Jornalismo", versão 2004. O requerimento foi apresentado pelo senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ) e teve como relator o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), que apoiou o pedido.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 311-1620
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



INJUSTIÇA Para Efraim Morais, União é beneficiada em detrimento de estados e municípios

Efraim exige mais recursos para os estados

O senador Efraim Morais (PFL-PB) defendeu ontem a participação do Senado na solução do que chamou de crise federativa do país. Na sua avaliação, o Brasil possui um sistema tributário injusto que beneficia a União em detrimento de estados e municípios.

Efraim lembrou que o acordo firmado para a votação da reforma tributária, em 2003, previa um compromisso de o governo federal aumentar em 23,5% o FPM. Com isso, R\$ 1,2 bilhão deixou de ser repassado.

Em apartes, José Jorge (PFL-PE) e Ramez Tebet (PMDB-MS) apoiaram as reivindicações.



AJUSTE Virgílio observa que recursos permitirão a Minas investir no crescimento econômico

Virgílio elogia esforço fiscal de Aécio Neves

O ajuste fiscal promovido pelo governador de Minas Gerais, Aécio Neves (PSDB), iniciativa que o levou a zerar o déficit nas contas do estado, recebeu elogios em Plenário do Líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM). Ao poupar no custeio de máquina pública, Aécio irá dispor de mais recursos, apostou o parlamentar, para ações na área social, investimentos no setor produtivo e geração de empregos, impulsionando o crescimento econômico mineiro.

Quem desistir de compra poderá ter restituição

■ Segundo projeto aprovado pela CAE, deverão ser descontadas multa e despesas do vendedor

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou projeto de lei que garante ao comprador de bens móveis ou imóveis, mediante pagamento de prestações mensais, a restituição das parcelas já pagas em caso de rescisão contratual por inadimplência. A restituição será atualizada monetariamente. Uma emenda do relator, senador Leonel Pavan (PSDB-SC), ressalva, no entanto, que serão descontadas da restituição a multa ou cláusula penal por atraso estipulada por lei, além das despesas do vendedor



BENEFÍCIO Pavan observa que proposta garante proteção a comprador inadimplente

consideradas irrecuperáveis, como gastos com publicidade para a venda, tributos da operação de compra e venda, intermediação do negócio e outras, desde que devidamente comprovadas.

O projeto de lei (PLC 119/01) é da ex-deputada Rita Camata e muda o artigo 53 do Código de

Defesa do Consumidor (CDC), de 1990. O código foi à sanção com um parágrafo que garantia, ao comprador, a restituição das prestações já pagas, desde que ele se visse sem condições de continuar pagando. O então presidente, Fernando Collor, vetou o parágrafo alegando justamente os prejuízos do vendedor com as despesas da venda.

– Este projeto que votamos agora vem exatamente preencher a lacuna, garantindo uma proteção ao comprador inadimplente – disse Pavan.

Mas ele mesmo argumenta que seria preciso aperfeiçoar o projeto, exatamente para garantir ao vendedor que ele não arque inteiramente com o prejuízo decorrente das despesas da venda. O projeto será votado pelo Plenário do Senado.



AGENDA A CAE, que aprovou ontem diversas matérias, analisa hoje emendas à proposta orçamentária

Maior facilidade para cobrar cheque sem fundo

Os integrantes da Comissão de Assuntos Econômicos aprovaram ontem parecer favorável de Sérgio Guerra (PSDB-PE) a projeto de Leomar Quintanilha (PMDB-TO) determinando que a ação de execução de cobrança de cheques sem fundo será na respectiva praça de pagamento, ou no local da emissão do cheque, à escolha do exequente. O projeto vai agora a exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde será analisado em decisão terminativa.

Para Quintanilha, o projeto (PLS 345/03) tem por meta dar maior rapidez à cobrança dos cheques por insuficiência

de fundos, evitando que a distância física entre as praças de emissão e de cobrança implique custos superiores aos valores em disputa. A aprovação do projeto, observou o senador, irá aumentar a segurança jurídica dos credores.

Como ilustração, Leomar Quintanilha observou que pela legislação atual, que dispõe sobre o cheque (Lei 7.357/85), um empresário estabelecido, por exemplo, em Gurupi (TO), ao receber um cheque sem fundo oriundo de um município de São Paulo, terá que se deslocar até lá e contratar um advogado para pleitear o seu direito, sem nenhuma garantia de êxito.

Comissão debate emendas ao Orçamento

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) faz reunião extraordinária hoje, às 10h, destinada a discutir as cinco emendas que o colegiado tem direito a apresentar à Comissão Mista de Orçamento.

O presidente do colegiado, Ramez Tebet (PMDB-MS), informou que na próxima terça-feira a CAE, em conjunto com a Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) e comissões técnicas da Câmara, fará reunião conjunta para ouvir o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, sobre o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e sobre temas relacionados às políticas monetária, creditícia e cambial.

Audiência discute cobrança de dívida municipal

Foi aprovado ontem pela CAE requerimento solicitando audiência pública para aprofundar o debate em torno do projeto de resolução de Sérgio Cabral (PMDB-RJ) que tem por meta acelerar a cobrança da dívida ativa dos municípios por meio de instituições financeiras. Hoje, essa cobrança é feita por via judicial, o que, segundo o senador, demanda mais tempo. A data ainda será marcada.

Os autores do requerimento são Aloizio Mercadante (PT-SP), Romero Jucá (PMDB-RR) e Pedro Simon (PMDB-RS).

O projeto permite aos municípios antecipar parte da receita da sua respectiva dívida ativa. O relator, Jonas Pinheiro (PFL-MT), é pela aprovação.

Deverão participar da audiência o secretário de Fazenda do município do Rio de Janeiro e presidente da Associação Brasileira de Secretarias de Finanças de Capitais (Abrasf), Francisco Almeida; o secretário de Fazenda de Belo Horizonte, Júlio Pires; o prefeito de Araraquara (SP), Edinho; e o representante do Fórum de Procuradores de Capitais, Marco Antônio Resende.

Homenagem à memória de Celso Furtado

Antes do início dos trabalhos de ontem, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) prestou homenagem à memória do economista Celso Furtado, falecido no último sábado aos 84 anos de idade. O presidente do colegiado, Ramez Tebet (PMDB-MS), autor do requerimento de homenagem, observou que Furtado sempre foi um otimista com relação ao Brasil.

Os senadores Rodolpho Tourinho (PFL-BA) e Aloizio Mercadante (PT-SP) também enalteceram a memória de Celso Furtado, afirmando que a melhor homenagem que o Senado poderia prestar ao economista seria a aprovação do projeto que recria a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), idealizada por ele nos anos 60.

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) disse que a morte de Celso Furtado “é irreparável”.



REIVINDICAÇÃO O cumprimento dos acordos firmados pelo governo é um dos requisitos, diz Alvaro

Alvaro Dias apresenta condições

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) relacionou ontem, em Plenário, as condições que a oposição considera necessárias para continuar colaborando com o governo nas votações.

Entre as condições, estão o fim do que ele chamou de "operação abafa CPI" e esclarecimento dos escândalos de corrupção no governo Lula; cumprimento de acordos; limitação na edição de MPs; correção da tabela do Imposto de Renda; regras para compensação aos estados e municípios; redução das alíquotas da CPMF e da Cofins; ganho relativo para o salário mínimo em 2005.



PASTAS Segundo José Jorge, reunião serviu para especular sobre criação de ministérios para abrigar petistas

José Jorge critica reunião de Lula com ministros do PT

O senador José Jorge (PFL-PE) protestou ontem contra a reunião que o presidente Lula fez com os 18 ministros petistas, em Brasília.

– A reunião serviu para se especular sobre a ampliação dos ministérios para abrigar correlogonários do PT – afirmou.

Para José Jorge, existem ministérios que nem funcionam, daí não entender a necessidade da criação de novas pastas.

– O Ministério do Desenvolvimento Social, por exemplo, nem sequer conseguiu executar o Fome Zero, e a fome é a mesma de antes da criação do programa – finalizou.

Oposição faz exigências para votar Orçamento

Partidos se comprometem a analisar créditos suplementares de natureza emergencial

O PFL e o PSDB apresentaram ontem condições para votar a Lei Orçamentária Anual. Uma das exigências é a correção da tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física. O líder do PFL, José Agripino (RN), disse que o governo passado reajustou a tabela em 17,5% e que havia acordo para que o mesmo índice fosse concedido este ano.

Os opositores lembraram que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva manifestou-se

várias vezes a favor do reajuste. Eles querem a votação do projeto do senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) que regula a questão e está na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Outra preocupação é o estabelecimento de regras para a compensação de estados e municípios das perdas da Lei Kandir, que desonera as exportações. Além disso, a oposição alega que a proposta do Orçamento de 2005, enviada pelo Executivo, não contempla recursos para a compensação. Por fim, pede transparência na elaboração do Orçamento, tendo em vista a falta de tempo para analisá-lo – “o prazo de quatro meses de discussão foi reduzido para apenas um

mês”.

– Não há condições de aprovarmos o Orçamento de forma responsável em 30 dias – sintetizou Sérgio Guerra (PSDB-PE). Por enquanto, PFL e PSDB se comprometem a votar apenas os créditos suplementares ao Orçamento deste ano destinados ao pagamento de pessoal ou de natureza emergencial.

Os líderes opositores fizeram outras críticas a procedimentos do governo.

– O excesso de medidas provisórias e a falta de articulação política do governo estão fazendo com que elas (as MPs) fiquem na Câmara quase 120 dias, inviabilizando qualquer discussão no Senado – disse o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM).



ENTREVISTA Arthur Virgílio (à esquerda de José Agripino) explica motivos dos opositores para impedir votação

PSDB impede decisão sobre relatório de Jucá

O PSDB impediu ontem que fosse votado o parecer preliminar que o relator, senador Romero Jucá (PMDB-RR), apresentou ao projeto do Orçamento federal para 2005, argumentando que não participou das negociações de líderes partidários para encurtar prazos de tramitação da proposta. Com isso, foi adiada de ontem para hoje a primeira votação prevista no calendário da Comissão Mista de Orçamento.

A posição do PSDB também impossibilitou que os líderes partidários chegassem a um acordo sobre a divisão das dez sub-relatorias. Os líderes reúnem-se às 14h30 de hoje para tentar um acerto sobre essa divisão. O adiamento da primeira votação envolvendo o Orçamento de 2005 ocorreu depois que o representante do PSDB na comissão, deputado Alberto Goldman (SP), sustentou que os parlamentares da

base governista estavam tentando “engolir” um dia previsto no regimento antes da votação do relatório preliminar.

O parecer preliminar de Jucá, lido ontem, atualiza índices e percentuais macroeconômicos. Em vez da previsão inicial de que a economia cresceria 4% em 2005, agora está embutido crescimento de 4,3%. A inflação medida pelo IPCA sobe de 5,38% para 5,9% e a cotação do dólar cai de R\$ 3,25 para R\$ 3,10.

Sarney: PMDB deve ampliar participação no governo

O presidente do Senado, José Sarney, defendeu ontem a ampliação da participação do PMDB no ministério. “Pela sua expressão, o partido tem que ter um espaço maior dentro do governo; o PMDB é muito importante para assegurar a governabilidade do país”, disse.

Sarney informou que foi somente “de caráter técnico” e relacionada à votação do Orçamento 2005 a

reunião realizada na manhã de ontem com o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, sem qualquer referência à reforma ministerial: “nenhum assunto político foi tratado”, garantiu.

O senador criticou a insistência do presidente do PMDB, Michel Temer, em realizar a convenção nacional do partido, prevista para dezembro.

– É um gesto pessoal, porque a maioria da comissão executiva, 17 das comissões regionais, as bancadas do Senado e da Câmara são contrárias. Evidentemente, não expressa o pensamento do partido, ao contrário, é uma posição divergente da maioria do PMDB. Se fosse num sistema parlamentarista, era o caso de uma moção de desconfiança – afirmou.

Sem quórum, Senado adia votações

Por falta de quórum, o Senado adiou para hoje a votação de quatro propostas de emenda à Constituição (PECs). As demais matérias também foram adiadas após o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) advertir que o PSDB e o PFL pediriam verificação de quórum caso houvesse votações.

Entre as propostas adiadas está a PEC 29/02, que amplia a vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef). Também tiveram votação adiada o PLC que trata de normas para consórcios públicos; o PLC 83/03, que dá o nome do poeta Carlos Drummond de Andrade ao aeroporto de Belo Horizonte; e o PRS 35/03, do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), que cria a Comissão de Desenvolvimento Regional.

Votações

Foram apreciados em turno suplementar e tiveram votação simbólica os PLCs 88/00, 3/02 e 23/04, que retornam à Câmara dos Deputados.

Duas propostas de emendas à Constituição tiveram a primeira sessão de discussão, em primeiro turno. A PEC 9/03, do senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ), modifica o tamanho máximo do lote objeto de usucapião especial urbano; e a PEC 87/03, da senadora Fátima Cleide (PT-RO), transfere para os quadros da União os servidores de Rondônia contratados após a criação daquele estado.

Mercadante busca acordo para votar PPPs

O líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), reuniu-se no início da noite de ontem com os representantes e líderes dos partidos políticos para garantir a votação, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), do projeto de lei da Câmara dos Deputados (PLC 10/04) que cria as parcerias público-privadas (PPPs). O colegiado realiza reunião hoje, às 10h, e os líderes da oposição adiantaram que podem pedir vista do projeto.



MINISTÉRIO Mão Santa critica a "busca tresloucada" do partido por cargos no governo federal

Mão Santa pede união do PMDB ao povo

Contrariado com a crise vivida por seu partido, o senador Mão Santa (PMDB-PI) recomendou ontem que o PMDB

Maguito destaca competência de Iris Rezende

A eleição do ex-senador Iris Rezende para prefeito de Goiânia com os votos de quase 60% dos eleitores foi saudada pelo senador Maguito Vilela (PMDB-GO). Ele atribuiu a vitória à competência e capacidade administrativa de Iris.

De acordo com o senador, Iris Rezende foi eleito no momento em que a capital goiana enfrenta caos no setor de transporte coletivo, processo de favelização por falta de política habitacional, problemas na área da saúde e deficiências na infra-estrutura urbana. Em aparte, Maguito recebeu apoio de Garibaldi Alves Fi-

se una ao povo e não, numa "busca tresloucada" por cargos, ao governo. Para enfatizar sua opinião, ele citou frase de Rui Barbosa: "Não troco a trouxa das minhas convicções por um ministério". Em seguida, o parlamentar emendou: "Escutai, PMDB, a voz rouca das ruas".

Mão Santa assinalou que o PMDB elegeu mil prefeitos em todo o país, é a maior bancada do Senado e, mesmo assim, diz que não tem candidatos fortes à Presidência da República.

– Time que não entra em campo não ganha. O partido tem que lutar pelo poder, mas não o poder pelo poder e sim para poder servir – afirmou. Ele também condenou os almoços e jantares promovidos pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva com as lideranças peemedebistas.



SITUAÇÃO Maguito Vilela afirma que Goiânia enfrenta caos em áreas como transporte, saúde e educação

lho (PMDB-RN), Mão Santa (PMDB-PI) e Antonio Carlos Valadares (PSB-SE).

O parlamentar também falou sobre a convenção nacional do PMDB, marcada para 12 de dezembro, que deverá definir a posição do partido sobre a manutenção do apoio ao governo Luiz Inácio Lula da Silva.

cia Sanitária, depois de ter sido afastado, meses atrás, por suspeita de participação em irregularidades em licitações para compra de hemoderivados, foi considerada escandalosa pelo senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA).

Ele protestou, ainda, contra as enormes indenizações que estão sendo concedidas aos chamados anistiados, por terem sofrido perseguição no regime militar. Ele citou o caso do piloto José Caetano Lavorato Alves, que recebeu R\$ 2,5 milhões mais pensão mensal de R\$ 13 mil, conforme reportagem de *O Estado de S. Paulo*.

Antonio Carlos criticou também o excesso de medidas provisórias editadas pelo governo e afirmou que elas estão dificultando as votações no Congresso Nacional.



DEBATE Marcelo Crivella, entre Paulo Paim e Magno Malta, dirige o 1º Fórum Parlamentar do Pleno Emprego

Brasil vive maior crise de emprego, afirma Crivella

■ Senador adverte que quadro sem precedentes coloca em risco estabilidade social e política

O senador Marcelo Crivella (PL-RJ) afirmou ontem, durante a abertura do 1º Fórum Parlamentar do Pleno Emprego, que o Brasil vive sua maior crise social. Para ele, a política econômica do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva "criou uma crise sem precedentes que gerou alto nível de desemprego e colocou em risco a estabilidade social e política do país". O fórum é promovido pela Frente Parlamentar do Pleno Emprego no Senado, que

é presidida por Crivella.

– Nunca tivemos 22 milhões de desempregados e subempregados. Falta dinheiro para geração de empregos, para infra-estrutura, para educação, saúde, reforma agrária. Isso precisa ser discutido. Nós não queremos gerar uma nova crise econômica. As mazelas do país se devem ao desemprego e subemprego – declarou o senador, que disse acreditar que a Política do Pleno Emprego é o elemento reestruturante da sociedade brasileira.

Paulo Paim (PT-RS), vice-presidente do Senado, que já foi desempregado, defendeu a luta pela terra como uma luta pelo direito ao trabalho. O senador petista considera fundamental a redução da taxa de juros

e o debate sobre o superávit primário.

Para Magno Malta (PL-ES), que também participou do evento, "o homem sem trabalho é um homem sem honra e sem dignidade e este é capaz de qualquer coisa".

O fórum contou ainda com a participação do economista e professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) João Sicsú; do presidente da Frente do Pleno Emprego na Câmara, deputado João Mendes (PSL-RJ); do secretário do Trabalho da prefeitura de São Paulo, Márcio Pochmann; e do jornalista econômico Luiz Nassif; João Pedro Stédile e outros integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST).

Ideli aponta o aumento de postos formais de trabalho

A líder do PT, senadora Ideli Salvatti (SC), destacou o crescimento do emprego pelo sétimo mês consecutivo. Ela afirmou que, em outubro, foram criadas 130 mil vagas formais. O aumento totaliza 7,7% nos últimos dez meses, ou 1,8 milhão de novas vagas com carteira assinada, o que, segundo ela, não ocorria desde 1992.

– Não se trata apenas de uma bolha. Os dados mostram que o crescimento está ocorrendo em diversos setores de forma consistente – assinalou a senadora.

Ideli comemorou a criação de 52 mil vagas na indústria de transformação, 48 mil novos empregos no comércio e 100 mil na construção civil, que há muito estava paralisada.

– Esses dados comprovam a

tese do espraçamento positivo do emprego, que não só cresce como alcança diversos setores da economia em todas as regiões do país – frisou, acrescentando que o emprego na indústria cresceu 11,28%.

A senadora destacou que a economia se desenvolve não somente no setor de exportações, mas também no consumo interno, tanto de bens duráveis quanto de alimentos e vestuário, o que, a seu ver, mostra que a renda do trabalhador brasileiro está em recuperação. Ela citou o aumento da arrecadação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), que deverá obter no ano que vem um acréscimo de R\$ 2,5 bilhões, a serem utilizados em obras de saneamento e habitação popular.



MÃO-DE-OBRA Crescimento é visto em diversos setores da economia brasileira, observa Ideli Salvatti

Ideli informou que os 877 mil novos postos de trabalho formais criados em municípios no interior representam quase o dobro das 516 mil novas vagas observadas nas nove maiores regiões metropolitanas.

A senadora convidou os parlamentares para o lançamento da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Indústria Cinematográfica Brasileira, hoje, às 8h30, no Salão Negro do Congresso Nacional.



OUIDORIA Antonio Carlos diz que novo titular era suspeito de participação em irregularidades

ACM condena readmissão na pasta da Saúde

A readmissão de Reginaldo Muniz pelo Ministério da Saúde, no cargo de ouvidor da Secretaria Nacional de Vigilân-

Hélio Costa manifesta indignação com chacina de sem-terra em MG

■ Senador lembra que 600 hectares da fazenda onde ocorreu a tragédia pertencem ao estado mineiro

O senador Hélio Costa (PMDB-MG) manifestou sua indignação e inconformidade com a ocorrência de nova tragédia em Minas Gerais, onde cinco integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) foram fuzilados sem oportunidade de defesa e outros 13 ficaram feridos, na localidade de Felisburgo, no Vale do Jequitinhonha.

– Nem bem os mineiros con-



AGILIDADE Hélio Costa informa que governo enviou a Polícia Federal para acompanhar as investigações

seguiram se recuperar da chacina dos fiscais do Ministério do Trabalho, em Unai, no início do ano, e nova violência ocorre

Suplicy elogia convocação de ministro pela CPMI da Terra

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) manifestou seu pesar pela morte de cinco trabalhadores sem-terra no município mineiro de Felisburgo. Outros 13 trabalhadores ficaram feridos por armas de fogo. Ele lembrou que o principal suspeito, o fazendeiro Adriano Chafik Luedy, encontra-se foragido.

O parlamentar elogiou a iniciativa do presidente da comissão parlamentar mista de inquérito (CPMI) sobre conflitos agrários, senador Alvaro Dias (PSDB-PR), de ouvir amanhã o secretário especial dos Direitos Humanos, Nilmário Miranda. As agências de notícias publicaram ontem entrevista de Nilmário dizendo não ter dúvidas da participação do fazendeiro no crime. Suplicy pediu a apuração completa da responsabilidade.

Suplicy disse esperar que a CPMI possa colaborar para uma realização mais rápida da reforma agrária. O senador



ESCLARECIMENTOS Suplicy defende apuração de vazamento de documentos reservados da comissão

quer ainda ver esclarecido o episódio do vazamento à imprensa da documentação reservada que Alvaro Dias encaminhou aos membros da comissão.

Ele pediu ainda um melhor entendimento entre a oposição e a base do governo no Congresso Nacional para que sejam discutidas e aperfeiçoadas diversas matérias, entre elas a que trata das parcerias público-privadas (PPPs).

no estado, ligada à disputa de terras. É fácil compreender como se sentem diminuídos os mineiros com esses acontecimentos, tão alheios à sua índole pacífica – afirmou o senador.

Hélio Costa disse que o secretário especial dos Direitos Humanos, ministro Nilmário Miranda, determinou que a Polícia Federal deslocasse uma equipe para acompanhar de perto a investigação da polícia local.

– Há um sentimento de urgência na identificação dos pistoleiros e, principalmente, dos mandantes – ressaltou o parlamentar.

Hélio Costa lembrou que 15 homens armados e encapu-

zados invadiram um acampamento do MST, na fazenda Nova Alegria, que havia sido ocupada em maio de 2002 por cerca de 90 famílias. Segundo vistoria do Instituto de Terras de Minas Gerais (Iter), cerca de 600 hectares da fazenda são terras devolutas (pertencentes ao estado), informou o senador.

Em aparte, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) condenou a barbaridade do ato, dizendo que ultrapassa todos os limites de tolerância. Ele enfatizou que as autoridades precisam agir com rapidez, porque o caso envolve matadores de aluguel e “fazendeiros sem escrúpulos que tudo fazem para manter terras que não lhes pertencem”.

Paim encaminha documento que pede urgência à reforma agrária

O senador Paulo Paim (PT-RS) informou ter participado de ato público no Auditório Nereu Ramos, da Câmara dos Deputados, contra o massacre de trabalhadores sem-terra em Minas Gerais no fim de semana.

Paim encaminhou à Mesa do Senado documento assinado por ele próprio e pelo movimento sindical em defesa da reforma agrária.

– É uma triste ironia que, no exato momento em que a Justiça pune os PMs acusados pelo massacre de Carajás, aconteça um outro massacre de trabalhadores – disse Paim. O senador encaminhou também um outro documento, em que faz uma análise sobre a luta contra o desemprego no país.

Segundo Paim, o governo criou 1,8 milhão de empregos formais, embora a situação no



LUTA Paim também reivindicou a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, um projeto de sua autoria

campo continue sem solução.

– Na área rural, nada mudou. E constatamos, com tristeza, que nos últimos 25 anos a miséria e o desemprego no Brasil continuam e têm cor: é a cor preta. Os negros continuam excluídos. Não houve qualquer avanço na luta social e contra a discriminação racial.

O senador pediu a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, de sua autoria, que está para ser votado, mas sempre recebe críticas e enfrenta empecilhos de setores da sociedade que não são, evidentemente, de negros, observou.



APURAÇÃO Fátima Cleide: comissão divulgará em dezembro quem são os verdadeiros moradores da área

Fátima Cleide anuncia solução provisória para impasse em RO

A senadora Fátima Cleide (PT-RO) anunciou a resolução temporária para o conflito entre moradores sem-terra acampados na reserva federal Floresta Nacional Bom Futuro, próxima a Porto Velho. As negociações foram conduzidas por representantes do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Polícia Federal e governo do estado.

Fátima explicou que há quatro dias moradores sem-terra acampados na reserva interditaram a Rodovia BR-364 em protesto contra a decisão da Justiça que determinou o despejo por meio de liminar cumprida na segunda-feira.

Conforme a senadora, após cinco horas de negociações, ontem, entre os ocupantes da área e autoridades federais, com a presença dos ministros do Meio Ambiente, Marina Silva, e do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, foi conseguido um prazo até 14 de dezembro para que uma comissão apure quem são os verdadeiros moradores da área. Teme-se uma grande especulação imobiliária incitada por grupos interessados em lucros com o impasse, acrescentou a senadora.



DEFESA Malta aplaude atitude do governador, que pediu tropas federais e foi prontamente atendido

Malta afirma que vandalismo decreta prisão coletiva do povo em Vitória

Em nome da liderança do PL, o senador Magno Malta (ES) defendeu ontem um trabalho coordenado das tropas federais e estaduais e da inteligência policial para pôr fim à violência que tomou conta da Grande Vitória (ES). Para ele, que exibiu manchetes dos jornais *A Tribuna* e *Gazeta Online*, do Espírito

Santo, informando que em dois dias dez ônibus foram incendiados, o vandalismo que tem ocorrido na cidade decretou a prisão coletiva da população.

O senador elogiou a atitude do governador do estado, Paulo Hartung, que solicitou o envio de tropas federais, prontamente atendido pelo Ministério da

Justiça, pois o patrimônio da cidade está sendo destruído.

Magno Malta comunicou também o envio de ofício ao senador Romeu Tuma (PFL-SP), 1º secretário da Casa, devido à situação por que passou na segunda-feira no aeroporto de Vitória. A empresa que cuida das passagens dos senadores,

segundo Malta, tentou comprar o bilhete do senador com o cartão pessoal do proprietário. Como não conseguiu, o parlamentar foi barrado no embarque, relatou. Tuma informou que abriu sindicância contra a empresa e disse que ela poderá ser substituída por conduta inadequada.

União pode ajudar a preservar memória histórica de estados

A União deverá conceder auxílio financeiro a uma instituição cultural, em cada estado e no Distrito Federal, que se destine à preservação da memória histórica e geográfica regional. A determinação está contida no Projeto de Lei 132/03, de autoria do senador Pedro Simon (PMDB-RS), aprovado ontem, em caráter terminativo, pela Comissão de Educação (CE). A instituição que vier a ser beneficiada deverá ter caráter privado e sem fins lucrativos.

Também foi aprovado em caráter terminativo o Projeto de Lei 149/04, do senador Papaléo Paes (PMDB-AP), que institui o Dia Nacional da Língua Portuguesa em 5 de novembro, data do aniversário de nascimento de Rui Barbosa. A CE aprovou ainda projetos de autoria do senador Romeu Tuma (PFL-SP), que institui 25 de março como o Dia Nacional da Comunidade Árabe; e da senadora Roseana Sarney (PFL-MA), que fixa datas comemorativas de segmentos étnicos brasileiros.

Durante a discussão, o senador Marco Maciel (PFL-PE) anunciou que apresentará recurso para votação da matéria em Plenário, porquanto uma das datas contempladas – 19 de abril, Dia do Índio – coincide com o Dia do Exército.

O Poder Executivo foi autorizado – por meio de projeto do senador Papaléo Paes – a criar a Escola Técnica Federal de Macapá. Também teve aprovação, em caráter terminativo, projeto do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) que autoriza a criação da Escola Técnica Federal do Petróleo, em Aracaju.

Em reunião presidida pelo senador Osmar Dias (PDT-PR), a CE aprovou, em caráter terminativo, 42 projetos de decreto legislativo que autorizam o funcionamento de emissoras de rádio e televisão em diversos estados. Caso não seja apresentado recurso para votação das matérias em Plenário, os projetos seguirão para promulgação.



CONFIANÇA Ao lado de Sarney e João Paulo, primeiro-ministro canadense assina livro de visitas do Senado Federal

Sarney e Martin destacam valores de Brasil e Canadá

Presidente do Senado e premiê manifestam confiança no aumento das parcerias entre os dois países

Ao lado do presidente da Câmara dos Deputados, João Paulo Cunha, o presidente do Senado, José Sarney, recebeu na tarde de ontem a visita do primeiro-ministro do Canadá, Paul Martin. O premiê destacou os valores comuns cultivados pelos dois países, assim como a atuação mútua em favor da paz no Haiti.

No encontro, Sarney afirmou que o Canadá é um país

muito admirado pelo Brasil, principalmente por seus programas sociais, e mencionou o caso Embraer-Bombardier, um contencioso que há três anos desgastou as relações bilaterais, em razão de as empresas se acusarem mutuamente de práticas desleais de comércio. Martin manifestou sua expectativa de que a questão seja resolvida a contento.

O primeiro-ministro apresentou aos parlamentares brasileiros os membros de sua comitiva, assim como a embaixadora canadense, Suzanne Laporte. Brincou com o número de partidos políticos existentes no Brasil, observando que no Canadá existem quatro agre-

miações, o que ele já acha muito. Martin ressaltou os projetos em comum, dizendo desejar o aumento da parceria entre os dois países.

O presidente da Câmara dos Deputados destacou que o Brasil vive um momento importante e expressou sua esperança de que, com essa visita, as relações entre Brasil e Canadá se intensifiquem.

O presidente do Senado também recebeu ontem o diretor mundial da Bloomberg Television, Ken Kohn, acompanhado de Charles Penty, editor-chefe da agência de notícias no Brasil, e de Cecília Tornaghi, âncora e editora, Kátia Cortez, repórter, e Mariana Mecchi, produtora.



HOMENAGEM Senadores também acolheram projeto de Papaléo Paes que institui o Dia Nacional da Língua Portuguesa em 5 de novembro

Gilberto Miranda volta ao Senado na vaga de Mestrinho

Tomou posse ontem o senador Gilberto Miranda, segundo suplente do senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), que está de licença médica. O primeiro suplente, João Thomé Mestrinho, assumiu na última quinta-feira (18), mas também pediu licença até março do ano que vem por motivos particulares.

Na cerimônia de posse, o presidente do Senado, José Sarney, indicou uma comissão formada pelos senadores Valdir Raupp (PMDB-RO), Hélio Costa (PMDB-MG) e Alvaro Dias (PSDB-PR) para encaminhar o senador até a Mesa. Os senadores ouviram o juramento de respeito à Constituição. Sarney declarou o parlamentar empos-



RETORNO Gilberto Miranda é do PFL e já exerceu cargo de senador ao substituir Amazonino Mendes

sado e o convidou a participar dos trabalhos da Casa.

Gilberto Miranda, do PFL, é empresário e já exerceu o mandato de senador de 1995 a 1999, quando substituiu Amazonino Mendes, eleito governador do Amazonas.

Infra-Estrutura elimina risco de poluição ambiental

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) aprovou ontem substitutivo do senador Delcídio Amaral (PT-MS) a projeto que trata da fabricação da cal, com o objetivo de eliminar riscos de geração de compostos poluentes ao meio ambiente. A matéria volta à Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde já estava tramitando em caráter terminativo, quando o senador José Jorge (PFL-PE), por meio de requerimento, propôs que ela fosse examinada pela CI.

A comissão aprovou ainda parecer do ex-senador João

Tenório (PSDB-AL) contrário a emenda ao projeto que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos. O projeto, de autoria do senador Juvêncio da Fonseca (PDT-MS), isenta da cobrança pelo uso de recursos hídricos a água utilizada para dar de beber aos animais, na piscicultura e na pequena irrigação. A CI acatou parecer da senadora Fátima Cleide (PT-RO) para que requerimento da Fundação Nacional do Índio (Funai) seja examinado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A



PROTEÇÃO Substitutivo de Delcídio Amaral impede geração de sujeira durante fabricação da cal

Funai alega descumprimento de convênio celebrado com a usina de Furnas que visa repor à comunidade indígena Avá-Canoeiro recursos ambientais necessários à sua preservação física e cultural.

Governo está cumprindo metas de combate à fome, afirma ministro

■ Este ano já foram atendidos 1,1 milhão de portadores de deficiência e 905 mil idosos

O ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias, afirmou que sua pasta vem sendo eficiente no cumprimento dos objetivos de combater a fome e a miséria no país. Ele disse que o número de beneficiados deve aumentar nos próximos anos. A avaliação foi feita ontem, durante audiência pública promovida pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

– Estamos chegando ao fim do ano cumprindo as metas do Bolsa-Família, estamos também aperfeiçoando o programa e cumprindo metas de outras áreas sociais, como a implantação dos programas Casas de Família e Bolsas de Alimento da Agricultura Familiar. Claro que há falhas, distorções, daí a importância de críticas construtivas, mas a avaliação do governo Luiz Inácio Lula da Silva na área social, no nosso ministério, é positiva.

Segundo o ministro, em 2004 já foram atendidos 1,1 milhão



DESEMPENHO Ao lado de Lúcia Vânia e Papaléo Paes, Patrus Ananias fala na CAS sobre a atuação de sua pasta

de portadores de deficiência e 905 mil idosos, com o pagamento, a cada um, de quantia mensal correspondente ao salário mínimo. Em 2004, os idosos receberam do ministério um total de R\$ 2,8 bilhões, e em 2005 esse valor deve subir para R\$ 3,5 bilhões.

Sobre o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) – que atende crianças e adolescentes de 5 a 16 anos em condição de risco e trabalhando em situação ilegal –, o ministro esclareceu que foram beneficiados, em 2004, 931 mil

crianças e adolescentes.

– Queremos integrar o Peti e o programa Sentinela (que combate abuso sexual contra crianças e adolescentes) com o Bolsa-Família. Estamos ampliando e consolidando os programas, inclusive os que foram implantados por Fernando Henrique.

Novas ações

Entre os novos programas, o ministro citou o Casas de Família – para os casos de violência doméstica, abandono do lar e gravidez precoce – e o Economia Solidária, ou In-

clusão Produtiva, que está em desenvolvimento.

A presidente da CAS, senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), elogiou a iniciativa do ministério em manter os programas sociais bem-sucedidos do governo anterior. Quanto ao Peti, a senadora destacou os ótimos resultados conseguidos nas carvoarias de Mato Grosso, nos canais de Pernambuco e nas plantações de sisal da Bahia. Ela afirmou ainda que os programas sociais não podem ter a centralidade na bolsa, mas sim na educação.

Suplicy quer antecipar objetivos do Bolsa-Família

Ao apresentar questionamentos ao ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, durante a audiência na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) sugeriu que o governo tente antecipar para 2005 a meta de atingir com o Bolsa-Família, em 2006, os 11,2 milhões de famílias que têm renda mensal de até R\$ 100 per capita.

Para isso, o parlamentar defendeu maior destinação de recursos para o programa e apontou como solução o oferecimento de emenda ao Orçamento da União pela CAS. Patrus Ananias gostou da idéia.

Suplicy lamentou a exoneração, na última semana, da secretária-executiva do Ministério do Desenvolvimento Social, Ana Fonseca, por divergências

com o ministro. Patrus Ananias elogiou o trabalho de Ana e disse respeitá-la muito.

A senadora Patrícia Saboya (PPS-CE) destacou a importância do projeto Sentinela e salientou esperar que o programa seja expandido de forma a atender mais crianças e mais municípios. “Seria um avanço importante para enfrentar e combater a exploração sexual de crianças no país”, frisou. O ministro garantiu que o Sentinela continua sendo prioridade.

Os programas de transferência de renda, quando adequadamente monitorados, na opinião da senadora Ideli Salvatti (PT-SC), deixam de ser assistenciais para se tornarem

promotores da cidadania e do desenvolvimento econômico. Hoje, observou, a maioria dos municípios brasileiros depende dos programas locais de transferência de renda e do pagamento de aposentadorias para se manter.

Já a senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) ressaltou a importância de se investir em programas que assegurem o sustento permanente das famílias, como o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar. “Estamos investindo na cadeia produtiva e nesse sentido nada mais importante do que a agricultura familiar”, observou.

O senador Augusto Botelho (PDT-RR) comentou que o

objetivo dos programas deve ser o desenvolvimento social. As pessoas devem aprender a pescar, embora tenham pressa de comer, afirmou. Segundo Patrus Ananias, não há contradição entre dar o peixe e ensinar a pescar, pois é preciso garantir o básico a quem passa fome. Ele assegurou que busca articular políticas emergenciais e outras, estruturantes, que gerem trabalho e renda.

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) elogiou o trabalho de Patrus Ananias e disse esperar que o presidente Lula entenda que o ministro “é a pessoa certa, no lugar certo”. O senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ) sugeriu ao governo federal a realização de parcerias com os governos estaduais e municipais, levando em conta diferenças regionais.

Sibá: Acre é o fumante passivo da Amazônia

O senador Sibá Machado (PT-AC) disse ontem, em discurso no Plenário, que o Acre é responsável por menos de 1% da fumaça detectada em sua atmosfera pelos satélites, segundo estudos científicos. Os maiores responsáveis pela poluição do ar sobre o território acreano seriam a Bolívia, país fronteiriço, e os estados de Mato Grosso e Rondônia.

– O Acre pode ser considerado o fumante passivo da Amazônia – comparou Sibá, ao defender o seu estado da acusação de ser um grande palco de queimadas.

De acordo com estudos do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) e outras instituições, incêndios florestais perto da cidade boliviana de Santa Cruz de la Sierra produziram uma parte significativa da fumaça que foi transportada por mais de mil quilômetros até Rio Branco, informou.

Sibá lembrou também a depressão propiciada pela Cordilheira dos Andes, que favorece a entrada das massas polares na região, conduzindo a fumaça oriunda de queimadas de Mato Grosso, Rondônia e norte da Bolívia até o Acre. Dos 32.498 focos de calor detectados, só 216 teriam se originado no Acre, salientou.

O senador referiu-se em seu discurso a declarações do ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, sobre o fim do acordo de cooperação nuclear entre o Brasil e a Alemanha. O embaixador minimizou o impacto, ao afirmar que o acordo “cumpriu os seus objetivos” e que o país hoje é autônomo em matéria de enriquecimento de urânio.



Roosevelt Pinheiro

QUEIMADA Maiores poluidores no estado são Bolívia, Mato Grosso e Rondônia, diz Sibá Machado